

Editorial

O Dezembro Vermelho, mobilização nacional contra o HIV/Aids, foi oficializado no Brasil apenas em 2017, mas a APEOESP já está comemorando a décima edição do Boletim Laço Vermelho, que engaja a comunidade escolar nesta luta.

Os professores sabem, mais que qualquer outro profissional, que a ausência de debates e de políticas públicas de educação sexual expõe os adolescentes às Infecções Sexualmente Transmissíveis, abusos e gravidez precoce.

A defesa da Ciência, alvo de perseguição no último governo, é outro assunto inegociável para o Magistério. Felizmente, o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia foi retomado e o Ministério da Saúde reestruturou a Comissão Nacional de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis, com o objetivo de aprimorar políticas públicas de proteção e promoção da saúde no SUS.

Atento à importância de engajar a comunidade escolar a estas e outras pautas que envolvem questões éticas, sociais e de saúde pública, o Sindicato instituiu durante o XXVII Congresso Estadual, realizado no último mês de setembro, a Secretaria de Assuntos Relativos à Saúde do Trabalhador.

Alinhado à proposta da UnAids, que defende uma resposta multidisciplinar e comunitária à pandemia de HIV/Aids, o X Boletim Laço Vermelho chega às escolas com denúncias e reivindicações, mas também com boas notícias e com dicas que reafirmam o poder da Educação e da Arte no combate a todas as formas de preconceito. Boa leitura!

Liderança comunitária é o tema da mobilização em 2023

DIA MUNDIAL DE LUTA CONTRA A AIDS

COMUNIDADES LIDERANDO



UNAIDS

O mundo pode acabar com a Aids, com as comunidades na liderança do combate à pandemia. Esta é a Campanha da UNAIDS, o Programa Conjunto das Nações Unidas Sobre HIV/Aids, em 2023.

O Programa defende que as organizações da sociedade civil que estão em risco ou já são afetadas pelo HIV devem permanecer na linha de frente das respostas ao vírus da imunodeficiência humana.

“Comunidades conectam serviços de saúde pública com as pessoas, colocando-as no centro da resposta, constroem confiança, inovam, monitoram a implementação de políticas e serviços, e responsabilizam os setores provedores”, explica o UNAIDS em sua campanha.

Mas, por diversas razões, a liderança das comunidades é inviabilizada; seja pela falta de financiamento, por obstá-

culos políticos e regulatórios ou ainda por limitações de capacidade e repressões à sociedade civil e aos direitos humanos de comunidades marginalizadas.

Segundo o UNAIDS, “com a remoção desses obstáculos, as organizações lideradas pela comunidade podem dar ainda mais ím-

peto à resposta global ao HIV, avançando no progresso em direção ao fim da Aids”.

Medidas, como a reestruturação da Comissão Nacional de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis, anunciada pelo Ministério da Saúde, são vitais neste processo, assim como o combate às fake news, que estigmatizam os pacientes, espalham preconceitos e inverdades científicas.

Brasil à frente do Conselho Global

Primeira mulher a comandar o Ministério da Saúde no Brasil, Nísia Trindade é uma das fundadoras do Conselho Global sobre Desigualdades, Aids e Pandemias, que o UNAIDS lançou no Brasil no último mês de junho.

O Brasil foi escolhido pelo Programa das Nações Unidas para o lançamento do Conselho, devido à reconhecida experiência do País na resposta ao HIV, ao longo da trágica história da pandemia da Aids, e também em razão do compromisso assumido pelo governo de enfrentar as múltiplas desigualdades que ainda impedem o

acesso pleno de parcelas significativas da população aos direitos de cidadania, como saúde e educação.

A ministra Nísia Trindade tornou-se referência internacional na resposta às pandemias durante a sua gestão na Fundação Oswaldo Cruz, que produziu a primeira vacina 100% nacional contra a Covid-19.

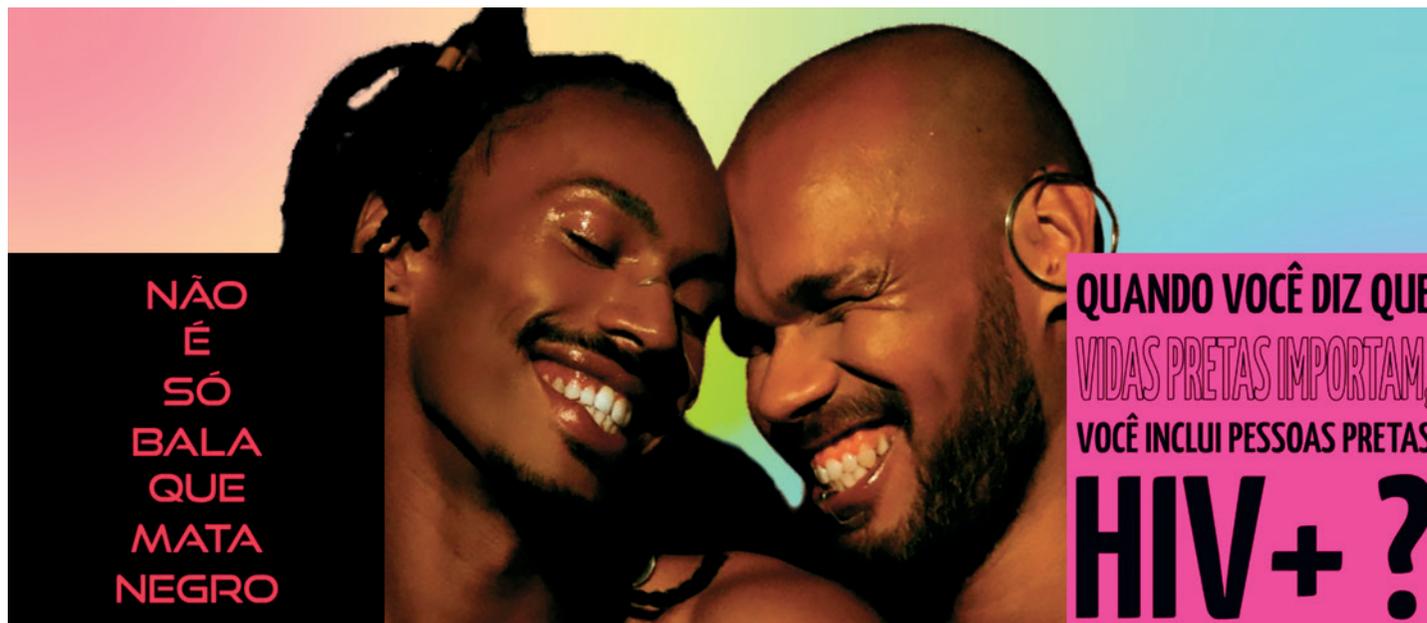
À frente do Ministério da Saúde, ela lançou recentemente o Comitê Interministerial para Eliminação da Tuberculose e Outras Doenças Determinadas Socialmente, que articula nove ministérios no combate a enfermidades como aids, tuberculose e sífilis.

Os brasileiros também uniram-se à Parceria Global de Ação para Eliminar Todas as Formas de Estigma e Discriminação relacionadas ao HIV, instância que busca soluções multidisciplinares para as desigualdades que minam os direitos humanos, especialmente das populações mais vulneráveis às pandemias como Aids, Covid-19 e Mpox.

O fim da emergência de Saúde Pública para a Covid-19, decretado pela Organização Mundial da Saúde em maio de 2023, deixou questionamentos sobre a necessidade de um plano contínuo para emergências de saúde e vacinação em massa.



Doença associada à exclusão, Aids é ainda mais fatal para a população negra



Criadores do podcast 'Preto Positivo', disponível no Spotify, Emer Conatus e Raul Nunnes esclarecem dúvidas, questões familiares e de atendimento à saúde da população afrodescendente HIV+

O Boletim Epidemiológico da Saúde da População Negra, divulgado no último mês de outubro, revela os impactos do racismo sobre a saúde. Mais de 60% dos casos de HIV, tuberculose e sífilis entre 2011 e 2021 foram entre pessoas negras.

Nesse período, os casos de HIV/Aids noti-

ficados entre negros - que incluem as populações autodeclaradas pretas e pardas - tiveram aumento de 12 pontos percentuais, passando de 50,3% em 2011 para 62,3%, em 2021.

O Boletim, que não era atualizado desde 2015, aponta outro dado impressionante: embora as terapias tenham evoluído a

ponto de tornar o HIV indetectável, seis em cada dez mortos pela Aids são negros.

A Aids é considerada por especialistas uma doença "socialmente determinada", associada à exclusão e vulnerabilidade dos pacientes. A incidência da contaminação entre gestantes e jovens confirma esta tendência. O Boletim divulgado pelo Ministério da Saúde mostra que sete em cada dez grávidas diagnosticadas com HIV são negras. Entre as pessoas com 14 anos de idade, 71,2% dos que são HIV+ também autodeclararam-se negros.

"Todas as doenças têm interferência do que chamamos de determinantes sociais e também determinantes ambientais. Então,

é muito importante que a promoção e a qualidade da saúde passem pelos aspectos sociais", explicou Nísia Trindade no lançamento do Boletim.

Ação multidisciplinar

A adoção de políticas de conscientização sobre métodos anticoncepcionais, como o uso de preservativos e acompanhamento médico, podem evitar não apenas a gravidez precoce, mas uma série de doenças entre os adolescentes.

A ausência de educação sexual, somada à sensação de segurança típica da juventude e o eventual uso de drogas, exigem uma abordagem de saúde pública, pedagógica e criativa, segundo especialistas.

Prevenir para não adoecer

Apesar do estigma que o HIV e a tuberculose ainda carregam, o Sistema Único de Saúde oferece gratuitamente prevenção, diagnóstico e tratamento. A prevenção evita a contaminação, mas a testagem tem sido apontada como fator essencial, não apenas em relação ao HIV/Aids. O SUS passou a oferecer o duo teste, que identifica rapidamente infecções por sífilis e HIV.

A sífilis é considerada um problema de saúde pública. Segundo o Ministério da Saúde, as notificações da doença aumentaram 800% entre 2011 e 2021, com destaque também para o caráter racial: em todo o período abrangido pela pesquisa, mais de 60% das gestantes diagnosticadas com sífilis eram negras. Como há transmissão gestacional, há o impacto sobre crianças e jovens.

Estação Prevenção na República



Iniciativa inédita na Saúde Pública, a Estação Prevenção - Jorge Beloqui funciona no Metrô República e oferece gratuitamente profilaxias pré ou pós-exposição ao vírus (PrEP ou PEP). Também é possível submeter-se à testagem rápida de HIV no local e retirar preservativos, gel lubrificante e kits de autoteste.

A Estação Prevenção também oferece medicamentos para pacientes que já tenham a prescrição para a terapia antirretroviral. Localizada no mezanino do Metrô República, a unidade funciona de terça a sábado, das 17h00 às 23h00.

Campanha para meninos

Meninos de até 15 anos estão no foco de uma outra expressiva campanha de prevenção. O Novembrinho Azul acaba de virar lei e foca na prevenção de fatores de risco para doenças relacionadas à saúde sexual e reprodutiva dos garotos.

Entre outras ações, a campanha incentiva a vacinação contra o HPV, vírus sexualmente transmissível responsável por diferentes tipos de câncer, como os que atingem a orofaringe (parte da garganta atrás da cavidade oral), do pênis e do ânus e, no caso das meninas, também do útero.

Dados divulgados pelo Ministério da Saúde indicam que a cobertura vacinal entre meninos caiu de 61,55%, em 2019, para 52,16%, em 2022. A maioria dos homens com HPV não apresenta sintomas, mas há variações do vírus que podem provocar verrugas genitais ou evoluir para câncer. Por isso, os profissionais de saúde recomendam sempre fazer o teste de HPV e vacinar-se.

Sífilis não



Com apoio da Organização Pan-Americana de Saúde, o duo teste, para sífilis e HIV, é oferecido prioritariamente para gestantes, profissionais do sexo e homossexuais. Quando transmitida para o feto, a doença pode provocar nascimentos prematuros, malformações e morte de bebês. O diagnóstico da sífilis gestacional está associado a condições socioeconômicas e ao acesso a serviços de saúde, como um pré-natal adequado.

A desarticulação e o abandono do SUS pelo último governo tiveram uma série de efeitos nefastos, como a ausência de pré-natal e a subnotificação de doenças, como a sífilis.

Dados do Previne Brasil, programa do governo federal de financiamento da atenção primária à saúde, revelam que as metas de pré-natal não foram cumpridas pelo SUS em 65% dos municípios brasileiros em 2021.

No caso das gestantes que fizeram pré-natal em 2021, pouco mais da metade - 57% - foram submetidas à testagem para sífilis. Crianças com sífilis congênita podem ter alterações na audição ou na visão, curvamento dos ossos da tibia, aumento do fígado e do baço e problemas neurológicos; nem todas estas condições são reversíveis.



Reencontro com o SUS, a ciência e a democracia



Dois momentos da história recente do País: no final de 2021, a Revista da Fapesp mostra a renúncia coletiva de pesquisadores à Ordem Nacional do Mérito Científico. Em 2023, o slogan é: A Ciência voltou!

Amédica Adele Schwartz Benzaken trabalhava há 40 anos com prevenção de doenças sexualmente transmissíveis quando foi exonerada do cargo de diretora do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis), do HIV e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, em janeiro de

2019. Ela foi considerada inadequada para o cargo, após ter publicado uma cartilha sobre prevenção de DSTs para homens transgêneros.

Mais de quatro anos depois desta demissão, a médica recebeu, no último mês de julho, a Ordem Nacional do Mérito Científico, premiação que havia sido

concedida a ela em 2021, mas revogada pelo agora inelegível ex-presidente Jair Bolsonaro.

A Ordem do Mérito foi entregue durante a retomada do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia para Doutora Adele, o infectologista Marcus Vinícius Guimarães de Lacerda, que também teve

a premiação revogada em 2021, e outros 21 cientistas que, na época, renunciaram à homenagem em solidariedade aos colegas boicotados.

Acabou o tempo do negacionismo

Especialista em doenças emergentes, o infectologista Marcus Vinícius é autor de um dos primeiros estudos que apontaram a ineficácia da cloroquina contra a Covid-19, ainda em 2020.

“A retomada do Conselho e esta premiação marcam o reencontro com a democracia, com o SUS pelo que lutamos tanto desde 1988, com os outros agraciados que foram solidários, mas, sobretudo, um reencontro com um Brasil plural, que é chave para conseguir controle das infecções”, comemorou Adele Benzaken.

Para a Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, o ato de desagravo foi também uma reparação histórica aos cientistas, professores, médicos e pesquisadores. “Celebramos a volta da Ciência. O tempo do negacionismo acabou”, afirmou a Ministra, que acaba de lançar o inédito Programa Nacional de Popularização da Ciência.

Eficiência de tratamentos aumenta longevidade

Publicado no Diário Oficial da União no último mês de outubro, o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV, guia para profissionais de saúde, traz pela primeira vez a informação de que estar indetectável significa NÃO transmitir o vírus, ou seja, quando a carga viral é indetectável, o vírus não será transmitido durante relações sexuais.

A Ciência vem reforçando este conceito nos últimos 20 anos, sempre com foco no fato de que o tratamento antirretroviral previne a transmissão do HIV e também garante uma vida saudável para o paciente.

Atualmente, existem mais de 250

mil brasileiros com mais de 50 anos em tratamento contra o HIV. A longevidade dos pacientes levou o Sistema Único de Saúde a atualizar o protocolo de tratamento, para evitar o agravamento de doenças como hipertensão, diabetes

e doenças renais, mais frequentes nesta faixa etária.

Há cinco anos, o Ministério da Saúde não revisava o protocolo clínico para o atendimento de HIV/Aids no País.

O esquema simplificado de um comprimido diário com os antirretrovirais, indispensáveis para o controle do vírus, minimiza os efeitos colaterais da medicação. O protocolo para a população 50+ também incorpora testes de doenças oportunistas, como a tuberculose.

Assim como outras formas de preconceito, o etarismo é um obstáculo no controle da doença. Por isso, a Organização das Nações Unidas recomenda discriminação zero como meta para o enfrentamento do HIV/Aids.

POP Ciência

Lançado no dia 24 de outubro, o POP Ciência é uma política pública baseada em evidências científicas, que tem o objetivo de despertar o interesse pela Ciência e estimular a pesquisa desde a Educação Básica, o que pode contribuir para minimizar os efeitos das fake news sobre vacinação, alterações climáticas, transformação digital e outros temas essenciais.

O Programa vai promover uma Olimpíada contra a desinformação, em parceria com universidades. A ideia é mobilizar aproximadamente 400 mil estudantes do Ensino Médio, transformando-os em agentes ativos na luta contra a desinformação.



Lançamento em Brasília do Programa Nacional de Popularização da Ciência



Em meio ao medo e ao preconceito, jornadas extraordinárias

Pela primeira vez na história, o movimento social organizado de luta contra a Aids ganhou um trio na oficial na Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo. Mais de 10 ONGs e instituições que lutam na defesa dos direitos dos pacientes estiveram no trio que percorreu a Avenida Paulista durante a 27ª edição da Parada, no último mês de junho, com mensagens de conscientização, prevenção e de desconstrução de preconceitos e estigmas. Destaque para a defesa da estratégia I = I (Indetectável = Intransmissível), que reforça a adesão ao tratamento para eliminar a presença do vírus HIV.

O trio estreou na Parada, com uma homenagem ao falecido ativista Jorge Adrian Belóqui, que faleceu em março deste ano. Além de pioneiro da luta contra o HIV/Aids, Belóqui foi também um dos grandes nomes da militância pelos direitos das pessoas LGBTQ+. Sua atuação teve início ainda nos primeiros anos da epidemia, após receber o diagnóstico na década de 80.

A primeira batalha jurídica

Esta edição da Parada foi um marco também para a Agência de Notícias da Aids e sua idealizadora, a jornalista e ativista Roseli Tardelli. A Agência está comemorando 20 anos, não apenas de notícias e ativismo, mas também do Camarote Solidário, realizado desde 2003, para arrecadar alimentos para as ONGs que acolhem pessoas HIV+ em situação de vulnerabilidade.

Roseli Tardelli travou uma das primeiras batalhas jurídicas contra convênios médicos no País, para garantir o tratamento do irmão, o tradutor Sérgio Tardelli, infectado pelo HIV em 1994.

Em 2003, a jornalista fundou a Agência



Vidas que salvaram e continuam salvando outras vidas: Brenda Lee, Drauzio Varella e Padre Júlio Lancellotti

de Notícias da Aids, referência da imprensa brasileira na divulgação de informações e dados sobre a pandemia.

Há cinco anos, Tardelli abriu em Moçambique a Agência Sida, nome da Síndrome nos outros países de Língua Portuguesa.

Além de Jorge Adrian Belóqui e Roseli Tardelli, o Brasil tem e teve outros incansáveis ativistas de um movimento vitorioso, que vem garantindo visibilidade, sobrevivência e esperança à população HIV+. O Boletim Laço Vermelho da APEOESP destaca aqui alguns destes trabalhadores.

Pai dos órfãos do HIV

O Conselho Nacional de Saúde concedeu a Comenda Zilda Arns em 2022 ao Padre Júlio Lancellotti, pela sua contribuição em defesa da saúde pública para todas as pessoas. A atuação do Padre durante a pandemia de covid-19 é memorável, mas ele se destaca pela coragem, desde a década de 80, quando no auge da epidemia de Aids, cuidou de órfãos da doença. A Casa Vida, fundada em 1991 pelo sacerdote e

a transexual Brenda Lee, abriga até hoje, crianças e adolescentes que precisam de tratamento médico.

Anjo das travestis

O musical "Brenda Lee e o Palácio das Princesas", vencedor dos Prêmios APCA e Bibi Ferreira, levou recentemente para os palcos a trajetória de uma das mais combativas transexuais que o Brasil já conheceu. Brenda Lee acolhia em seu sobrado na Bela Vista travestis, mulheres transexuais e gays de baixa renda, muitos deles com sintomas da doença, inicialmente associada à comunidade LGBTQ+.

Ao lado do Padre Júlio, Brenda também angariava doações e visitava pacientes internados no Hospital Emílio Ribas, que recebia os doentes de Aids na década de 80. Mas nem a grandeza do trabalho humanitário do 'anjo da guarda das travestis' a salvou de entrar para a trágica estatística do País que mais mata transexuais no mundo. A ativista foi assassinada em maio de 1996, mas seu legado continua, atra-

vés de ações como o Prêmio Brenda Lee, concedido pelo Estado de São Paulo para municípios com boas políticas de enfrentamento para IST/HIV - Aids.

O médico mais famoso do País

A experiência no Memorial Hospital de Nova York, no início da década de 80, e depois como médico voluntário na Penitenciária do Carandiru, transformaram o oncologista Drauzio Varella em um pioneiro no tratamento de Aids no Brasil. Em 1983, ele deu uma entrevista histórica para a Rádio Jovem Pan sobre a importância da prevenção para evitar o vírus, que não era exclusivo dos homossexuais, como equivocadamente acreditava-se naquele início da pandemia.

Defensor ardoroso do Sistema Único de Saúde, o médico mais popular do País está concorrendo ao Prêmio Jabuti com a biografia "O Exercício da Incerteza", lançada pela Companhia das Letras, na qual conta, entre outras realizações extraordinárias, a evolução no tratamento dos pacientes de HIV/Aids desde o início da pandemia.



EXPEDIENTE

Dirigentes responsáveis

Fábio Santos de Moraes
Presidente da APEOESP

Maria Izabel Azevedo Noronha
Segunda Presidente

Francisco de Assis Ferreira
Secretário de Comunicações

Rui Carlos Lopes de Alencar
Vice-Secretário de Comunicações

Solange Aparecida Benedeti Peña
Secretária de Assuntos Relativos à Saúde do Trabalhador

Josafá Rehem Nascimento Vieira
Vice-secretário de Assuntos Relativos à Saúde do Trabalhador

Rita de Cássia Cardoso
Secretaria de Políticas Sociais e Promoção da Igualdade Racial

Richard Araújo
Vice-secretário Adjunto de Políticas Sociais e Promoção da Igualdade Racial

Conselho Editorial

Fábio Santos de Moraes
Maria Izabel Azevedo Noronha

Francisco de Assis Ferreira
Rui Carlos Lopes de Alencar

Zenaide Honório
Sérgio Martins da Cunha

Solange Aparecida Benedeti Peña
Josafá Rehem Nascimento Vieira

Rita de Cássia Cardoso
Richard Araújo

Roberto Guido
Miguel Noel Meirelles

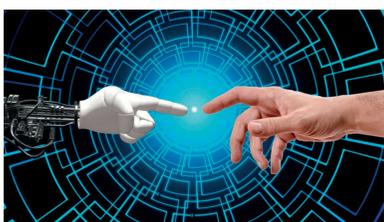
Walmir Siqueira
Ozani Martiniano de Souza

Texto e Edição:
Ana Maria Lopes - Mtb 23.362

Produção:
Secretaria de Comunicações da APEOESP

Tiragem: 15 mil exemplares

Inteligência Artificial: Conheça KEFI



Ela é a primeira criatura em IA vivendo com HIV no Brasil. KEFI é a palavra grega para traduzir alegria e diversão; ela foi criada pelo Unaid e Unicef para dar aco-

lhimento e suporte para jovens diagnosticados com a infecção por HIV.

Através da inteligência artificial, KEFI reúne experiências e histórias de pessoas vivendo com HIV, desde o início da pandemia até os dias de hoje. O conteúdo foi criado por jovens e especialistas da área, para promover a adesão ao tratamento e o acesso aos serviços médicos. Converse através do whatstapp: +55 11 5197 4395.

O SUS e o HIV

O Sistema Único de Saúde tem sido um pilar na prevenção, diagnóstico e tratamento da população HIV+. É a garantia de tratamento universal e gratuito, previsto na Constituição de 1988, e a esperança de que o Brasil cumpra a meta de acabar com a Aids como ameaça à saúde pública até 2030.

Busque prevenção, diagnóstico e acesso aos tratamentos através dos canais do Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis do Ministério da Saúde: <https://www.gov.br/aids>